

# **A formalidade e a informalidade dos trabalhadores Latinoamericanos no Brasil: uma comparação entre os dados da RAIS e as bases do censo demográfico de 2000\***

**Ralfo Matos\***  
**Carlos Lobo<sup>^</sup>**

## **Resumo**

As duas décadas do século passado, como já citado em literatura específica, marcam o apogeu da reestrutura produtiva no Brasil, que teve reflexo direto na composição do mercado de trabalho interno. Esse paper explora os dados de duas fontes preciosas de informação, o Censo Demográfico e a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS). A partir de algumas filtragens e observações metodológicas relativas a essas bases de dados procura-se estimar o volume da imigração estrangeira no Brasil, circunscrita aos trabalhadores do mercado de trabalho formal e informal em 2000. A agregação das principais origens dos imigrantes estrangeiros, de modo a possibilitar a comparação o censo e a RAIS, permitiu avaliar a peso e a distribuição espacial dos latinoamericanos do sul do continente no país. Os dados indicam a maior participação dos trabalhadores informais, mas também revelam a crescente relevância da mão-de-obra com carteira assinada em várias das localidades centrais do Brasil. Fatores histórico-culturais, econômicos e geográficos participam da explicação das tendências da distribuição, mais ou menos heterogênea, de europeus e sulamericanos em território nacional, mas os fatores mais diretamente vinculados às mudanças conjunturais e estruturais recentes da economia brasileira vêm ampliando sua capacidade explicativa.

---

\* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latinoamericana de População, realizado em Havana, Cuba, de 16 a 19 de novembro de 2010.

\* Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [ralfomatos@yahoo.com.br](mailto:ralfomatos@yahoo.com.br).

<sup>^</sup> Doutor em Geografia pelo IGC/UFMG. Gestor de Ensino e Pesquisa do Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro/MG. Professor/Pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: [cfflobo@yahoo.com.br](mailto:cfflobo@yahoo.com.br).

## 1 - INTRODUÇÃO

A análise da mobilidade espacial da população entre países vizinhos e não vizinhos pode suscitar uma série de considerações não econômicas em face das diferenças culturais e barreiras da língua que dificultam a integração dos imigrantes nos lugares de destino. Isso frequentemente associa-se à discriminação ou até à xenofobia de não-migrantes, mesmo que seja evidente a necessidade de mão-de-obra nos países de imigração. Esses aspectos, bem conhecidos na literatura internacional, podem explicar, em última instância, porque tantos trabalhadores impelidos a emigração acabam ocupados em posições de baixa remuneração nos mercados de trabalho formal ou informal dos países receptores, não obstante o fato de que níveis baixos de escolaridade também pesem no resultado final da inserção desses imigrantes. Fatores mais estritamente econômicos são, entretanto, essenciais para avaliar, no curto e longo prazo, como evolui a relação entre os migrantes e não-migrantes e como se desdobra a própria relação legal-institucional no âmbito da contratação de mão-de-obra em países distintos, mesmo naqueles com longa tradição de recepção de imigrantes estrangeiros como o Brasil e outros países latinoamericanos. Países de industrialização tardia que venham experimentando reestruturações produtivas e mudanças significativas no mercado de trabalho podem demandar indivíduos em postos de trabalho que requeiram maiores níveis de qualificação da mão-de-obra, a despeito da prevalência da mão-de-obra de baixa qualificação em setores econômicos tradicionais, nos serviços ou na agricultura de pequeno porte.

No âmbito mais geral, vários trabalhos procuraram aprofundar o entendimento de mecanismos e processos econômicos globais das sociedades desenvolvidas e não-desenvolvidas que afetam as migrações internas e externas, como já assinalaram Singer (1973), Gaudemar (1977), Massey (1993), Patarra (1997), Bauman (1999), Sayad (2000), Woodward (2000), entre outros. Heranças históricas, níveis de desigualdades sociais, estrutura fundiária concentrada, caráter oligárquico do Estado, tamanho e características da população, dinâmica interna de acumulação de capital, níveis de dependência da economia internacional, são elementos discutidos e considerados chaves para o entendimento da mobilidade espacial da força de trabalho. A discussão e a reflexão teórica sobre essas questões nunca perderam importância, talvez porque os fluxos migratórios não deixaram de ganhar intensidade no mundo inteiro nos últimos 50 anos. Uma das causas desse fenômeno associa-se a dinâmica e mecanismos estruturais das economias de mercado, que, frequentemente, acabam acirrando as desigualdades socioespaciais em regiões não desenvolvidas que se integram subalternamente ao capitalismo internacional<sup>1</sup>.

Apesar do mérito das teses mais gerais sobre a influência de macrofatores econômicos sobre os movimentos da população, boa parte delas não responde às questões graves e mais específicas que envolvem os deslocamentos espaciais da força de trabalho entre países fronteiriços e não fronteiriços, onde surgem dimensões não estritamente vinculadas apenas às necessidades estruturais do sistema capitalista, a exemplo das associadas ao narcotráfico internacional, ao trabalho escravo, a prostituição, entre outras.

---

<sup>1</sup> Para Singer torna-se evidente a necessidade de mão de obra decorrente do crescimento da produção industrial e da expansão do setor de serviços urbanos, ainda que no campo prevaleçam os “fatores de expulsão” (decorrentes da penetração do capitalismo no campo e da pressão demográfica sobre a disponibilidade de terras). Nas áreas não urbanizadas, surgem regiões que experimentam mudanças que acarretam perdas populacionais, embora a produtividade aumente. Isso permite, pelo menos em alguns lugares, uma melhora dos indicadores de renda e produção. Já nas áreas de estagnação a deterioração da qualidade de vida é mais evidente, porque muitas famílias não têm condições de emigrar. Essas áreas funcionam por vezes como “viveiros de mão de obra” para os latifundiários e as grandes empresas agrícolas.

Há que se considerar as vantagens comparativas e as potencialidades internas que têm impactado os espaços de origem e destino, além dos diferenciais atinentes às origens urbana e rural dos migrantes; aos movimentos de retorno e as migrações cíclicas; às redes sociais da migração ou facilidades de transportes e ingresso no país de destino (MATOS, 1995). Ademais, há pouco investimento empírico e teórico nos efeitos positivos que a migração pode introduzir na dinamização das regiões de destino, no que diz respeito à oferta de mão-de-obra qualificada, possibilidades de novos investimentos e de intercâmbio técnico, por exemplo (LOBO, 2009).

É inegável que a análise ao focalizar população e espaço, não ignora que o espaço geográfico se organiza como resultado histórico da atuação de agentes e atores sociais, que estabelecem fluxos de informação, de capitais e pessoas, capazes de dinamizar, transformar e sedimentar características de uma determinada região. Para Santos (1996), a necessidade de fluidez é uma das características mais importantes do mundo atual. Essa fluidez, ao mesmo tempo, é causa, condição e resultado da modernidade. Os movimentos demográficos são fenômenos que se manifestam e se materializam no espaço podendo assumir feições mais ou menos duráveis, dependendo da experiência profissional dos migrantes, da conjuntura econômica momentânea, de diferenciais regionais e étnico-culturais, níveis de tecnologia, investimentos, presença do Estado na economia, políticas de governo e grau de cooperação entre os países de imigração e emigração.

Ao longo do século passado o Brasil passou por sensíveis transformações em sua estrutura social e econômica, com visíveis alterações na distribuição da população no espaço inter e intra-regional e na composição sócio-profissional, marcada pelo aparecimento de uma classe média bastante expressiva e por forte contingente de excluídos do mercado de trabalho formal. Nos anos de 1990, a abertura econômica e a privatização, associadas à redução do processo inflacionário, fizeram ampliar o grau de investimentos nacionais e estrangeiros. O mercado de trabalho exhibe o crescimento da taxa de desemprego aberto ao longo da década, enquanto elevava-se a participação do emprego informal nas regiões metropolitanas. A reestruturação produtiva implicou ajustes no custo do trabalho, com reorganização da gestão da mão-de-obra, difusão da terceirização, maior rotatividade de trabalhadores nas firmas de menor porte e uso de trabalho sem registro em carteira (RAPOSO e MACHADO, 2003).<sup>2</sup>

Nos momentos de expansão e de retração econômica é importante observar os mecanismos de mudança e ajuste no mercado de trabalho. Dedecca (1990) já alertava que, nas fases de crescimento da atividade econômica, a incorporação de trabalhadores sem experiência muitas vezes consiste em um meio de evitar elevações salariais dos trabalhadores melhor inseridos na esfera produtiva, o que pode atenuar os efeitos positivos da expansão econômica. O fim da expansão do emprego industrial e sua subsequente queda foram acompanhados da emergência do desemprego aberto e ampliação do peso de setor informal na ocupação não agrícola total.

Assim, a informalidade cresceu em função da perda de dinamismo da economia, dado o elevado comprometimento do emprego formal (DEDECCA & BALTAR, 1997). Os reflexos

---

<sup>2</sup> Com base nos dados extraídos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), de 1995 a 2002, para a Região Metropolitana de São Paulo, Chahad (2003) demonstrou algumas tendências sobre o mercado de trabalho: crescimento contínuo da População Economicamente Ativa (PEA); crescimento lento da ocupação total; queda no emprego industrial; estagnação do emprego por carteira assinada e aumento das formas atípicas de contratação; aumento no conjunto de assalariados com jornada de trabalho superior ao definido pela legislação; avanço da terceirização; forte crescimento do desemprego aberto; elevação do “desemprego de longo prazo”; e queda acentuada e generalizada do rendimento real do trabalhador ocupado assalariado (com ou sem carteira).

da reestruturação produtiva e o crescimento da informalidade foram evidentes no mercado de trabalho nacional, sensíveis não apenas em relação à mão-de-obra brasileira, mas também nas condições dos trabalhadores estrangeiros residentes no país.

Contudo, há indicações de mudança desse quadro nos últimos 10 anos. Muito recentemente dados do Ministério do Trabalho indicam que o Brasil tem apresentado um número recorde de trabalhadores estrangeiros autorizados a exercer suas atividades no país. Os vistos emitidos em 2008 chegaram a 43.993, em 2009, ano de grande crise financeira internacional, reduziram-se pouco, indo a 42.914 e em 2010 os números de imigrantes permanentes ou temporários deverá superar os anos anteriores. O que afinal explica esse incremento? De onde vêm esses trabalhadores? Certamente o aumento do nível de investimentos internos e externos e ações específicas de governo, resultam em compra de equipamentos, atração de empresas estrangeiras e crescimento econômico acelerado em momento em que vários países centrais ainda sofrem os efeitos da crise de 2009. Alguns analistas ressaltam que a expansão da indústria do petróleo e de empreendimentos turísticos na costa brasileira explica fluxos de imigração pouco comuns na história brasileira, como os de origem americana, inglesa e filipina. A chegada e instalação de plataformas de petróleo em território brasileiro traz consigo uma mão-de-obra estrangeira especializada que só lentamente será substituída por brasileiros, enquanto o turismo internacional acaba demandando profissionais da navegação, como os filipinos, notoriamente conhecidos no setor<sup>3</sup>.

Mas em um exercício empírico que busque comparar números do emprego formal e informal o que nos dizem os dados disponíveis no tocante a determinadas origens de estrangeiros residentes no Brasil? Como provavelmente vem se desdobrando a imigração de latinoamericanos e europeus nos estados brasileiros?

Tendo em vista a contextualização até aqui desenvolvida, o objetivo principal desse *paper* passa a ser: avaliar a magnitude da formalidade e informalidade da imigração internacional no país, mas tendo como base de comparação os volumes e principais características de alguns grupos de estrangeiros residentes no Brasil, identificados no Censo Demográfico e na RAISMIGRA<sup>4</sup>. Algumas questões geram dúvidas e exigirão mais investigação com os dados do Censo de 2010. Por exemplo: como tem evoluído a participação de não brasileiros no mercado de trabalho formal no país? Qual são as diferenças regionais entre os volumes de trabalhadores estrangeiros identificados no Censo Demográfico e na RAISMIGRA? Qual é a participação regional dos imigrantes nascidos em países latinoamericanos? Quais são as particularidades no que tange a distribuição espacial entre os naturais dos países da América do Sul?

Ainda que não seja o objetivo investigar a fundo os fatores sociais, políticos ou econômicos determinantes do nível de formalidade da força de trabalho dos imigrantes internacionais, a produção de dados básicos sobre imigrantes externos pode ser essencial à elaboração de indicadores específicos e proposição de políticas públicas necessárias à redução das desigualdades regionais, que, inclusive, diminuam por exemplo os constrangimentos em relação aos trabalhadores residentes no país, estrangeiros ou não. Ampliar o conhecimento sobre essas questões envolve, portanto, a produção de informações úteis ao planejamento, às instituições políticas e governamentais, na melhoria das condições de vida de toda a população.

---

<sup>3</sup> Ver Folha de São Paulo de 15/05/2010, caderno Dinheiro especial.

<sup>4</sup> Trata-se de uma base derivada da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

## 2 - BASES DE DADOS, ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

A Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 2 de dezembro de 1975. Originalmente a RAIS foi criada para obter informações acerca da entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, úteis ao controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social, e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. Atualmente, em observância ao dispositivo constitucional (Portaria 945), a RAIS viabiliza a concessão do pagamento do Abono Salarial e se constitui no único instrumento de governo para esse fim. Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir dos anos 90, os dados dessa base ampliaram sua consistência e cobertura por causa de campanhas esclarecedoras, recebimento de declarações via internet (iniciado em 1995) e aperfeiçoamento do processo de crítica dos dados. Ainda de acordo com o próprio MTE (2009), a RAIS é um Registro Administrativo, de periodicidade anual, criado com a finalidade de suprir as necessidades de controle e de informações das entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal. (MTE, 2009, s.p.).

Como divulgado pelo MET (2009), hoje são legalmente obrigados a entregar a declaração anual da RAIS: a) inscritos no CNPJ com ou sem empregados – o estabelecimento que não possuiu empregados ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa; b) todos os empregadores, conforme definidos na CLT; c) todas as pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no País, com registro, ou não, nas Juntas Comerciais, no Ministério da Fazenda, nas Secretarias de Finanças ou da Fazenda dos governos estaduais e nos cartórios de registro de pessoa jurídica; d) empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados; e) cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas; f) empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base; g) órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal, inclusive as fundações supervisionadas e entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalização do exercício das profissões liberais; h) condomínios e sociedades civis; i) empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base; j) filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Para Ferreira e Matos (2005), ainda que a RAIS ofereça um retrato parcial do mercado de trabalho brasileiro, por excluir do seu universo os trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo empregatício formal e os demais trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho, é uma valiosa fonte de dados na análise do mercado de trabalho. Por tratar-se de uma base de dados atualizada anualmente que permite distintos níveis de desagregação espacial, permite superar as lacunas derivadas da periodicidade dos censos, dos problemas de desagregação do plano amostral nas PNADs e do grau de cobertura geográfica das pesquisas mensais de emprego<sup>5</sup>. Essa ampla cobertura disponível na RAIS oferece possibilidades

---

<sup>5</sup> Como destacaram De Negri et al. (2001), a cobertura dos dados da RAIS não é homogênea para os diversos setores econômicos e unidades da Federação, o que não invalida a sua utilização em pesquisas sobre o mercado formal de trabalho. Também há relativo consenso de que a RAIS subestima os empregos no setor agropecuário e na construção civil e sobreestima os trabalhadores na administração pública. Para a região Sudeste e para a indústria de transformação, no entanto, a cobertura da RAIS parece ser historicamente boa.

adicionais na análise do mercado de trabalho brasileiro, incluindo a presença da mão-de-obra estrangeira, mesmo que uma parcela grande desses imigrantes esteja fora do mercado de trabalho, integrando os ditos “ilegais” (ou “clandestinos”). De toda a forma, as informações extraídas das bases as RAIS podem ser comparadas com outras fontes de dados, como o Censo Demográfico. Esse exercício empírico permite traçar um retrato bastante razoável do nível de inserção no mercado de trabalho formal dos estrangeiros residentes em território brasileiro, bem como das condições gerais de rendimento, escolaridade e ocupação dessa população.

De modo simplificado, o migrante pode ser definido como aquele indivíduo que mudou de local de residência e reside ininterruptamente há pelo menos seis meses, como propõe o Manual as Nações Unidas. Essa aparente simplicidade guarda, porém, uma série de questões que envolvem desde a definição do intervalo de tempo, até mesmo a unidade espacial de análise e a condição de residência dos envolvidos. Determinadas características adicionais, quando combinadas a determinadas variáveis, podem ser obtidas direta ou indiretamente pela análise dos movimentos migratórios, a exemplo das etapas de migração, o tempo de residência e o retorno migratório<sup>6</sup>. No Brasil, os Censos Demográficos já se afirmaram como instrumento essencial nos estudos populacionais, especialmente nas estimativas de migração interna. Se utilizados com critério e acurácia as bases censitárias disponíveis (dada a sua abrangência e diversidade de quesitos) possibilitam a elaboração de uma série de indicadores sociais. A partir dos levantamentos censitários, é possível estimar com relativa segurança os estoques populacionais, bem como os fluxos migratórios entre as unidades espaciais definidas, inclusive as entradas procedentes do exterior do país. Todavia, em relação à imigração estrangeira há níveis de subestimação, porque uma proporção dos que entraram permanece sem registro legal no território nacional. Mesmo com essas ressalvas, trata-se de uma rica fonte de dados, que oferece informações relevantes sobre a população de residente no país, incluindo os volumes e as características gerais dos trabalhadores estrangeiros.

Para fins de comparação entre os dados do Censo Demográfico e da RAIS, conforme os propósitos imediatos desse trabalho, foram utilizados os registros relativos ao ano de 2000, que corresponde ao ano coincidente com os dois levantamentos<sup>7</sup>. Nessas duas bases, os trabalhadores estrangeiros foram identificados pela variável referente à nacionalidade da população residente no Brasil<sup>8</sup> e foram excluídos os não-trabalhadores (os sem ocupação e sem rendimento). No Censo Demográfico os trabalhadores ativos foram identificados como aqueles que declararam rendimento de ocupação habitual na primeira semana de 23 a 29 de julho de 2000. Na RAIS, dadas as características próprias desse levantamento, foram excluídos apenas aqueles que se declaram inativos e sem rendimento. Esses filtros em cada uma das bases de dados permitiram inferir diferenças entre o universo geral de trabalhadores identificados no Censo Demográfico e os estoques dos ditos formais, contidos nos registros da RAIS. A diferença entre os volumes de trabalhadores nessas duas bases permite estimar a

---

<sup>6</sup> Na definição apresentada pela ONU, em *The Determinants*, de 1973, são excluídos os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino, bem como aqueles que envolvem os movimentos sazonais, os temporários e as populações nômades.

<sup>7</sup> Cabe destacar que existe uma pequena diferença nas datas de referência entre o Censo Demográfico de 2000 e a RAIS de 2000. O primeiro tem como base o dia 1º de Agosto e a RAIS o último dia do ano (31 de dezembro).

<sup>8</sup> No caso da RAIS foi utilizada a variável nacionalidade original, que excluem aqueles nascidos fora do país que obtiveram a nacionalidade brasileira. Outra diferença refere-se a característica de coleta dos dados. Enquanto a RAIS compreende um levantamento universal (em forma de registros administrativos) os microdados do Censo de 2000 envolvem uma pesquisa amostral, com plano amostral diferenciado para cada município.

proporção da mão-de-obra informal em cada uma das unidades espaciais coberta pelas duas bases de dados.

### 3 - A FORMALIDADE DE SULAMERICANOS E EUROPEUS NO BRASIL

Uma primeira observação relevante, como já demonstrado por Patarra (2005), refere-se a expressiva redução absoluta e relativa da população estrangeira residente no Brasil. Em 1900 a população estrangeira era estimada em mais de um milhão de pessoas, o que correspondia a pouco mais de 6% da população residente no país (ver Tabela 1). No último Censo Demográfico, um total de 651.226 estrangeiros residia no Brasil. Esse volume representava apenas 0,38% de toda a população brasileira<sup>9</sup>. Essa queda na participação estrangeira se deve, ao longo de todo o período, a redução dos fluxos de imigrantes, que no passado compuseram parte não desprezível da força de trabalho do país. Contudo, as últimas décadas do século passado, sobretudo a partir de 1980, há um sinais de crescimento no volume de entradas no Brasil<sup>10</sup>.

Tabela 1  
População estrangeira residente no Brasil - 1900 a 2000

| Ano  | População Estrangeira (A) | População Total no Brasil (B) | Proporção de Estrangeiros (A/B) (%) |
|------|---------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|
| 1900 | 1.074.511                 | 16.364.923                    | 6,16                                |
| 1920 | 1.565.961                 | 29.069.644                    | 5,11                                |
| 1940 | 1.406.342                 | 39.752.213                    | 3,42                                |
| 1950 | 1.214.184                 | 50.730.213                    | 2,34                                |
| 1970 | 1.229.128                 | 91.909.909                    | 1,32                                |
| 1980 | 912.848                   | 118.089.858                   | 0,77                                |
| 1991 | 767.781                   | 146.825.475                   | 0,52                                |
| 2000 | 651.226                   | 169.799.170                   | 0,38                                |

Fonte: Censos Demográficos brasileiros;  
Extraído e adaptado de Patarra (2005).

Quando considerada apenas a população trabalhadora, conforme dados do Censo Demográfico de 2000, havia um pouco mais de meio milhão de estrangeiros no país (519.353 pessoas). Desse contingente, 95.387 tinha nacionalidade sulamericana, o que representava 18,37% do total dos estrangeiros<sup>11</sup>. Essa mesma proporção de latinoamericanos era maior na

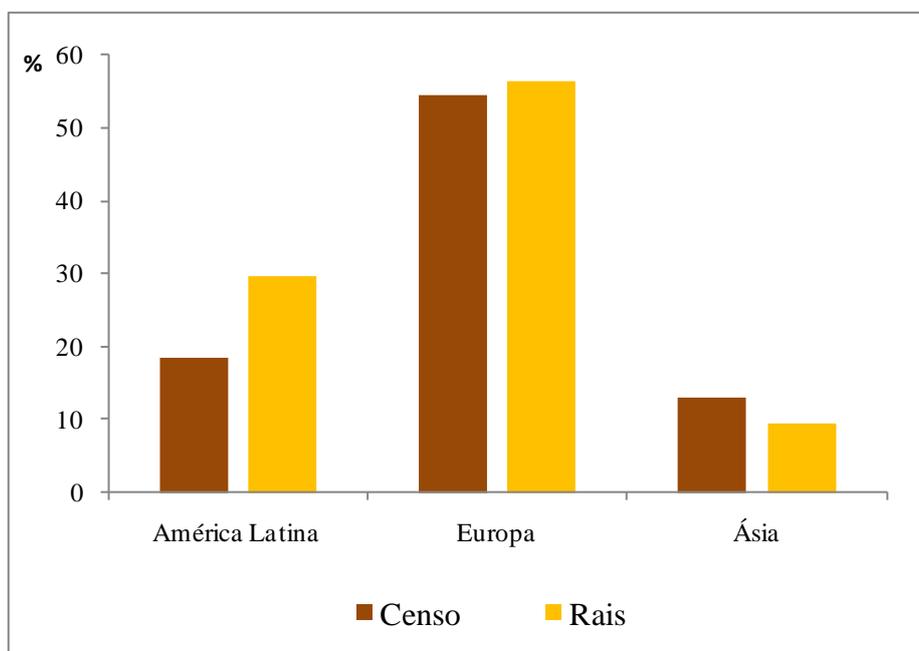
<sup>9</sup> Esses estoques de estrangeiros no país caracterizam não apenas aqueles que chegaram ao país no período de abrangência de cada um dos levantamentos censitários, mais também incluem os imigrantes que chegaram ao Brasil nas décadas anteriores e sobreviveram até a data de referência do Censo (genericamente denominados de “migrantes acumulados”).

<sup>10</sup> Conforme dados do Censo Demográfico de 1991, no que se refere à migração internacional (último país de residência) foi identificado um total de 122.824 imigrantes internacionais que declararam residir no Brasil. Em 2000, esse número atingiu 279.822 (um crescimento médio em torno de 14% a/a). Desse contingente, cerca de 40% tem origem nos países da América do Sul. (Lobo et. al. 2008)

<sup>11</sup> A proporção de latinoamericanos no Brasil, quando considerados os fluxos na década, como já demonstraram Lobo et. al. (2008), foram proporcionalmente mais expressivos. No que se refere a distribuição espacial desses imigrantes Matos et. al (2005) mostram que os imigrantes procedentes do Paraguai e do Uruguai apresentam-se mais concentrados em determinadas faixas territoriais, enquanto os argentinos estão mais dispersos espacialmente. Os procedentes do Paraguai se distribuem principalmente pelos estados do Paraná, Mato Grosso

RAIS. Como pode ser observado na Figura 1, os naturais da América Latina perfaziam quase 30% estrangeiros em 2000. Nesse mesmo ano, tanto no Censo, quanto na RAIS, era maior a presença de europeus, correspondendo a mais da metade dos estrangeiros no Brasil. Por outro lado, quando calculada a proporção representada pelos trabalhadores da RAIS sobre aqueles identificados na base do Censo Demográfico, número que indica o nível de formalidade da mão-de-obra ativa, a proporção dos americanos do sul mostrava-se mais elevada. No entanto, essa maior inserção no mercado de trabalho formal é bastante diferenciada quando observadas as nacionalidades de origem. Os trabalhadores chilenos e argentinos, por exemplo, apresentavam maior grau de formalidade dos trabalhadores ativos (ambos com proporções superiores a 20%). Em contrapartida, os paraguaios e bolivianos registrados na RAIS correspondiam a, respectivamente, 5,30% e 9,86% daqueles identificados no Censo (ver Tabela 2).

Figura 1  
Participação dos Sulamericanos, Europeus e Asiáticos no total de estrangeiros residentes no Brasil, Censo Demográfico e RAIS. 2000.



Fonte: Censo Demográfico de 2000 (dados da amostra); RAISMIGRA 2000;  
OBS: Excluídos os inativos e sem renda.

---

do Sul e Rio Grande do Sul, sobretudo nas áreas de fronteira (entre eles há muitos brasileiros fazendo migração de retorno). Tais migrantes ocupam-se em atividades de serviços e comércio e, em menor número, à produção de bens e serviços industriais. Entre os procedentes do Paraguai predomina o vínculo com a agropecuária.

Tabela 2  
Estrangeiros residentes no Brasil em 2000, conforme Censo Demográfico e na RAIS (2000), agrupados pelas principais nacionalidades sulamericanas

| Nacionalidade  | CENSO  |       | RAIS   |       | RAIS/CENSO<br>(A/B) (%) |
|----------------|--------|-------|--------|-------|-------------------------|
|                | Nº (A) | %     | Nº (B) | %     |                         |
| Argentino      | 19.411 | 20,35 | 3.349  | 20,93 | 17,25                   |
| Boliviano      | 13.757 | 14,42 | 1.578  | 9,86  | 11,47                   |
| Chileno        | 12.640 | 13,25 | 4.191  | 26,19 | 33,16                   |
| Paraguaio      | 14.673 | 15,38 | 849    | 5,30  | 5,79                    |
| Uruguaio       | 17.842 | 18,71 | 2.448  | 15,30 | 13,72                   |
| América Latina | 95.387 | xxx   | 16.004 | xxx   | 16,78                   |

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (dados da amostra); RAISMIGRA 2000; OBS: Excluídos os inativos e sem renda. As demais nacionalidades latinoamericanas não foram discriminadas, sendo agrupadas na categoria demais países da América Latina.

#### 4. O QUE DIZ A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS SULAMERICANOS NOS DADOS DO CENSO E DA RAIS?

Se observados os dados de distribuição dos imigrantes no território brasileiro, verifica-se a existência de sensíveis diferenças entre os estados e regiões quanto aos volumes e aos percentuais de sulamericanos no Censo e na RAIS. Talvez a explicação mais relevante para esses resultados se associe ao maior grau de formalidade da mão-de-obra nos estados do Sudeste do Brasil, onde é mais alta a oferta de trabalho, além de ser bem expressiva a proporção de trabalhadores sulamericanos na RAIS: nessa região 23,26% do grupo de estrangeiros captados pelo Censo Demográfico de 2000 estavam oficialmente registrados nas bases da RAIS (Tabela 3). Já no Norte e Centro Oeste essa proporção era pouco expressiva, envolvia 6,27% e 7,83%, respectivamente. Em alguns dos estados dessas duas regiões era muito baixo o percentual de trabalhadores sulamericanos no mercado formal. O caso do Mato Grosso do Sul chama bastante atenção: dos 5.822 sulamericanos que lá residiam em 2000 apenas 87 faziam parte dos registros da RAIS, o que representava uma proporção de formalidade de apenas 0,54%. Nesse caso a necessidade da força de trabalho, sobretudo na atividade agropecuária em expansão, predominantemente voltada ao mercado de exportação, tem atraído um grande volume de migrantes, procedentes inclusive dos países vizinhos. Incluem nesses casos fontes contingentes de trabalhadores sazonais e itinerantes, muitos vindos das áreas de fronteira, principalmente do Paraguai.

A análise da distribuição dos imigrantes sulamericanos nas Unidades da Federação e municípios brasileiros ajuda a concluir sobre as preferências dos trabalhadores estrangeiros que têm procurado o país nas últimas décadas. As comparações mais relevantes permitem extrair três conclusões básicas: a) o maior nível de concentração da mão-de-obra formal ativa estado de São Paulo (46,75% do país). A proporção de imigrantes recenseados no estado paulista era de 33,55% (ver Tabela 3); b) A maior expressão dos latinoamericanos no mercado de trabalho não formal nas áreas de fronteiras, sobretudo nos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e no Mato Grosso do Sul (ver Figura 2); c) o grande número de municípios do país sem registro dos trabalhadores sulamericanos (dos 5.507 municípios

brasileiros em 2000 apenas 938 havia algum imigrante nascido nos países da América do Sul, o que correspondia a pouco mais de 17% do total)<sup>12</sup>.

O que pode explicar essa distribuição? Há fatores econômicos, histórico-culturais e geográficos que devem ser sublinhados? Certamente esses fatores mesclam-se e dificultam a seleção de determinantes explicativos muito evidentes. Ademais, as mudanças de curto e longo prazo da conjuntura econômica, as alterações nos blocos regionais em termos de políticas alfandegárias, as turbulências políticas em determinados países, as políticas de atração de investimentos estrangeiros deflagradas por estados brasileiros (no interior da chamada guerra fiscal) são aspectos que não podem ser negligenciados.

---

<sup>12</sup> Os europeus se distribuem menos heterogeneamente. Pelos dados do censo, apenas sete estados brasileiros reuniam percentuais de trabalhadores europeus superiores a 1%, e a concentração em São Paulo e Rio de Janeiro era impressionante (51,4% e 31,3%). Os dados do emprego formal da Tabela 1, anexo, revelam a mesma concentração em São Paulo (52,4%), e Rio de Janeiro (26,4%), mas uma distribuição mais equilibrada entre os outros três principais estados receptores (Minas Gerais, Paraná e Bahia). No caso dos trabalhadores procedentes da Ásia a concentração em São Paulo é ainda mais expressiva (73%), sendo secundado de longe pelo Paraná (10,4%) e Rio de Janeiro (3,7%), situação bem distinta no que tange a distribuição dos trabalhadores formais: além de São Paulo, mostram-se relativamente expressivos no Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Amazonas e Pará.

Tabela 3

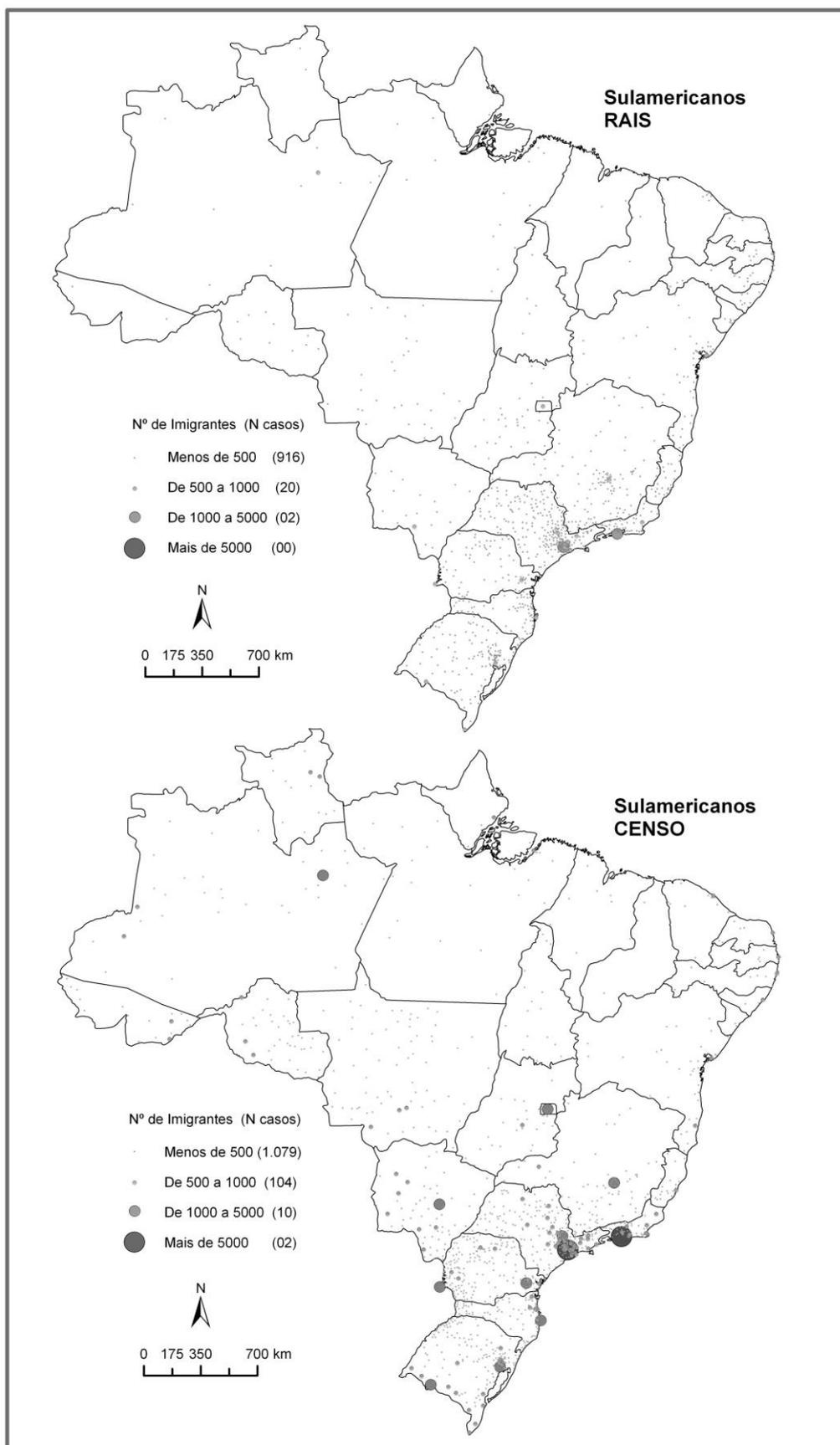
Distribuição relativa dos imigrantes procedente da América do Sul residentes no Brasil em 2000, segundo levantamentos censitários e dados da RAIS

| UF                  | Censo         |               | RAIS          |               | RAIS/<br>Censo (%) |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|
|                     | (Nº)          | %             | (Nº)          | %             |                    |
| Acre                | 1.013         | 1,06          | 36            | 0,22          | 3,55               |
| Amapá               | 196           | 0,21          | 6             | 0,04          | 3,06               |
| Amazonas            | 2.833         | 2,97          | 194           | 1,21          | 6,85               |
| Pará                | 727           | 0,76          | 83            | 0,52          | 11,42              |
| Rondônia            | 2.080         | 2,18          | 79            | 0,49          | 3,80               |
| Roraima             | 1.273         | 1,33          | 24            | 0,15          | 1,88               |
| Tocantins           | 185           | 0,19          | 99            | 0,62          | 53,48              |
| <b>Norte</b>        | <b>8.308</b>  | <b>8,71</b>   | <b>521</b>    | <b>3,26</b>   | <b>6,27</b>        |
| Alagoas             | 145           | 0,15          | 53            | 0,33          | 36,49              |
| Bahia               | 1.745         | 1,83          | 360           | 2,25          | 20,64              |
| Ceará               | 766           | 0,80          | 87            | 0,54          | 11,36              |
| Maranhão            | 183           | 0,19          | 38            | 0,24          | 20,72              |
| Paraíba             | 304           | 0,32          | 53            | 0,33          | 17,41              |
| Pernambuco          | 601           | 0,63          | 137           | 0,86          | 22,78              |
| Piauí               | 56            | 0,06          | 12            | 0,07          | 21,39              |
| Rio Grande do Norte | 260           | 0,27          | 45            | 0,28          | 17,31              |
| Sergipe             | 103           | 0,11          | 30            | 0,19          | 29,08              |
| <b>Nordeste</b>     | <b>4.164</b>  | <b>4,37</b>   | <b>815</b>    | <b>5,09</b>   | <b>19,57</b>       |
| Espírito Santo      | 611           | 0,64          | 114           | 0,71          | 18,66              |
| Minas Gerais        | 2.652         | 2,78          | 624           | 3,90          | 23,53              |
| Rio de Janeiro      | 8.241         | 8,64          | 1.741         | 10,88         | 21,13              |
| São Paulo           | 32.004        | 33,55         | 7.639         | 47,73         | 23,87              |
| <b>Sudeste</b>      | <b>43.508</b> | <b>45,61</b>  | <b>10.118</b> | <b>63,22</b>  | <b>23,26</b>       |
| Paraná              | 8.983         | 9,42          | 939           | 5,87          | 10,45              |
| Rio Grande do Sul   | 16.593        | 17,39         | 2.155         | 13,47         | 12,99              |
| Santa Catarina      | 3.879         | 4,07          | 677           | 4,23          | 17,45              |
| <b>Sul</b>          | <b>29.455</b> | <b>30,88</b>  | <b>3.771</b>  | <b>23,56</b>  | <b>12,80</b>       |
| Distrito Federal    | 1.172         | 1,23          | 236           | 1,47          | 20,14              |
| Goiás               | 1.102         | 1,16          | 158           | 0,99          | 14,34              |
| Mato Grosso         | 1.857         | 1,95          | 298           | 1,86          | 16,05              |
| Mato Grosso do Sul  | 5.822         | 6,10          | 87            | 0,54          | 1,49               |
| <b>Centro Oeste</b> | <b>9.953</b>  | <b>10,43</b>  | <b>779</b>    | <b>4,87</b>   | <b>7,83</b>        |
| <b>Total</b>        | <b>95.387</b> | <b>100,00</b> | <b>16.004</b> | <b>100,00</b> | <b>16,78</b>       |

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (dados da amostra); RAISMIGRA 2000;

OBS: Excluídos os inativos e sem renda.

Figura 2: Latinoamericanos residentes nos municípios brasileiros, Censo Demográfico e RAIS de 2000



Fonte: Censo Demográfico de 2000 (dados da amostra); RAISMIGRA 2000.

## 5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comparações envolvendo dados do Censo e da RAIS exigem cuidados e adaptações metodológicas e são muito raras na literatura sobre o tema migração e redistribuição populacional. Os resultados aqui expostos certamente sugerem uma série de perguntas novas que demandam novas pesquisas, mas auxiliam a responder questões recentes e relativamente simples sobre os estoques de trabalhadores formais e informais procedentes de áreas continentais com as quais o Brasil mantém relações diplomáticas há muito tempo. A distribuição dos trabalhadores dos registros da RAIS e do Censo Demográfico de 2000 indica, em termos mais amplos, o elevado nível de informalidade da força de trabalho latinoamericana no país, ainda que existam sensíveis diferenças regionais, com forte concentração do mercado formal nos principais centros urbanos do Sudeste. Trata-se de uma condição resultante de uma combinação de fatores econômicos, culturais e histórico-geográficos explicam em boa medida os resultados lançados em tabelas e mapas.

A atual supremacia numérica da migração européia associa-se mais diretamente aos *fatores histórico-culturais* de um lado, e *econômicos* de outro. Historicamente não há como desconhecer a importância da colonização portuguesa, a presença da corte no Rio de Janeiro a partir de 1808, a resolução da independência sem conflitos de grande monta ou guerras civis. Daí a presença forte do imigrante português nos séculos XIX e XX, além de outras nacionalidades européias que foram atraídas pelas necessidades de mão-de-obra e pelo projeto de branqueamento da população brasileira conduzido pelas elites brasileiras do século XIX e parte do XX. Foram muitos os imigrantes que aqui aportaram procedentes da Itália, Alemanha, Espanha, Inglaterra, Polônia, Síria, França, Rússia, entre outros. Os dados do censo 2000 ainda expressam parte dessa realidade histórica. Economicamente há que se considerar a dinâmica mais recente da economia brasileira e a significativa atração de investimentos europeus, aquisição de máquinas e equipamentos industriais, o que acaba exigindo a presença de trabalhadores estrangeiros qualificados por períodos de tempo relativamente longos. Os dados da Rais são úteis para fortalecer essa evidência.

Quanto aos sulamericanos, a despeito da importância dos fatores econômicos, recentes, inclusive os associados às graves dificuldades internas que alguns países enfrentam, convém reforça o que denominamos *fatores histórico-geográficos*. Brasil e países de colonização hispânica da América do Sul mantiveram-se distantes por séculos. As disputas e guerras envolvendo Espanha e Portugal, a beligerância nas áreas de fronteira entre gaúchos e “castelhanos” nos séculos XVIII e XIX e o próprio isolamento das áreas orientais dos Andes, onde a floresta equatorial, extensos pântanos, doenças tropicais e grandes distâncias constituíam sérias barreiras às frentes de expansão territorial convencional. Mais recentemente, com os acordos comerciais do Mercosul, as relações entre os países do chamado *Cone Sul* se estreitaram e os fluxos migratórios ganharam intensidade. A heterogeneidade da distribuição espacial dos sulamericanos vista na Tabela 3 guarda relação direta com o *efeito fronteira*. Não fosse a proximidade de vários estados brasileiros com os países vizinhos, o estreitamento das relações entre cidades de fronteira, a redução da barreira da língua e dos preconceitos étnico-raciais, os americanos de origem luso-brasileira não estariam tão próximos de Bolívia, Paraguai, Uruguai a ponto de surgir um tipo novo de migrante internacional os *brasiguaios*.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. (1999) **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, prefácio p.7-22.
- CHAHAD, J. P. Z. (2003) Tendências recentes no mercado de trabalho – pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, v.17(3-4). p.205-207.
- DEDECCA, C. S. (1990) **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas.
- EDECCA, C. S. & BALTAR, P. A de A. (1997) Mercado de trabalho e informalidade nos Anos 90. **Estudos Econômicos**. São Paulo. v.27, p.65-84.
- DE NEGRI, J. A. et. al. (2001) **Mercado informal de trabalho: comparação entre microdados da RAIS e da PNAD**. Textos para Discussão 840, Brasília, IPEA.
- FERREIRA, R. N. & MATOS, R. (2008) **Dinamismo do mercado de trabalho formal e mobilidade espacial de trabalhadores**. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2008, Caxambu - MG. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú - MG : ABEP.
- FERREIRA, R. N. & MATOS, R. (2005) **Migrações internas no Brasil: comparações entre os dados da RAIS e os do Censo Demográfico**. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, 4, 2005, Rio de Janeiro. Anais... Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- GAUDEMAR, J. P. de. (1977) **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa.
- JANNUZZI, P. M. (2000) **Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas/SP: Autores Associados.
- LOBO, C. (2009) **Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras**. Belo Horizonte (Tese de Doutorado). Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.
- LOBO, C. et. al. (2008) **Novas territorialidades e a mobilidade espacial dos imigrantes procedentes do Paraguai residentes no Brasil**. In: III Congresso da Associação Latino Americana de População, realizado em Córdoba, Argentina, de 24 a 26 de setembro de 2008.
- MASSEY, D. S. et al. (1993) **Theories of international migration: A review and appraisal**. Population and Development Review. New York: Population Council, vol. 19, n.3, p. 431-466.
- MATOS, R. et. al. (2005) **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte.
- MATOS, R. (1995) Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, p. 35-58.
- MTE (2009) (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2009.
- PATARRA, N L. (2005) Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo Perspectiva**. [online]. vol.19, n.3, p. 23-33.
- RAPOSO, D. e MACHADO, A. F. (2003) Impactos regionais da liberalização comercial: uma análise para os estados de Minas Gerais e São Paulo. In: WAJNMAN, S. e MACHADO, A. F. (org.). Mercado de Trabalho – Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

SANTOS, M. (1996) **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec.

SAYAD, A. (200) **O retorno: Elemento Constitutivo da Condição do Imigrante**. Revista Travessia. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios.

SINGER, P. (1973) **Economia política da urbanização**. São Paulo: HUCITEC.

WOODWARD, K. (2000) Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. Da; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 7-72.

## ANEXO

Tabela 1  
Distribuição relativa dos imigrantes procedente da América do Sul, Europa e Ásia residentes no Brasil em 2000, segundo levantamentos censitários e dados da RAIS

| UF                  | América do Sul |               | Europa         |               | Ásia          |              | Total (absolutos) |               |
|---------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|--------------|-------------------|---------------|
|                     | Censo          | Rais          | Censo          | Rais          | Censo         | Rais         | Censo             | Rais          |
| Acre                | 1,06           | 0,22          | 0,02           | 0,08          | 0,06          | 0,06         | 1.154             | 68            |
| Alagoas             | 0,15           | 0,33          | 0,13           | 0,16          | 0,02          | 0,14         | 659               | 111           |
| Amapá               | 0,21           | 0,04          | 0,04           | 0,03          | 0,05          | 0,06         | 423               | 20            |
| Amazonas            | 2,97           | 1,21          | 0,23           | 0,51          | 0,59          | 2,40         | 4.251             | 491           |
| Bahia               | 1,83           | 2,25          | 1,70           | 2,37          | 0,92          | 1,56         | 8.310             | 1.256         |
| Ceará               | 0,80           | 0,54          | 0,47           | 0,47          | 0,29          | 0,28         | 2.655             | 265           |
| Distrito Federal    | 1,23           | 1,47          | 0,60           | 1,25          | 1,11          | 0,71         | 4.960             | 774           |
| Espírito Santo      | 0,64           | 0,71          | 0,49           | 0,57          | 0,15          | 0,63         | 2.685             | 332           |
| Goiás               | 1,16           | 0,99          | 0,48           | 2,17          | 0,59          | 0,71         | 4.301             | 874           |
| Maranhão            | 0,19           | 0,24          | 0,15           | 0,21          | 0,13          | 0,22         | 918               | 118           |
| Mato Grosso         | 1,95           | 1,86          | 0,37           | 0,24          | 0,55          | 0,65         | 3.670             | 412           |
| Mato Grosso do Sul  | 6,10           | 0,54          | 0,45           | 0,36          | 1,58          | 0,43         | 8.815             | 229           |
| Minas Gerais        | 2,78           | 3,90          | 2,76           | 3,57          | 1,67          | 3,63         | 15.089            | 2.020         |
| Pará                | 0,76           | 0,52          | 0,65           | 0,70          | 2,00          | 2,29         | 4.488             | 439           |
| Paraíba             | 0,32           | 0,33          | 0,13           | 0,20          | 0,08          | 0,08         | 968               | 125           |
| Paraná              | 9,42           | 5,87          | 3,62           | 3,52          | 10,41         | 5,22         | 34.839            | 2.349         |
| Pernambuco          | 0,63           | 0,86          | 0,86           | 1,16          | 0,50          | 0,85         | 4.128             | 572           |
| Piauí               | 0,06           | 0,07          | 0,05           | 0,09          | 0,02          | 0,08         | 266               | 45            |
| Rio de Janeiro      | 8,64           | 10,88         | 31,34          | 26,40         | 3,68          | 10,11        | 109.734           | 10.772        |
| Rio Grande do Norte | 0,27           | 0,28          | 0,17           | 0,20          | 0,16          | 0,20         | 1.084             | 123           |
| Rio Grande do Sul   | 17,39          | 13,47         | 2,57           | 1,88          | 1,66          | 2,11         | 29.024            | 2.907         |
| Rondônia            | 2,18           | 0,49          | 0,09           | 0,07          | 0,18          | 0,06         | 2.589             | 105           |
| Roraima             | 1,33           | 0,15          | 0,03           | 0,03          | 0,03          | 0,02         | 1.607             | 36            |
| Santa Catarina      | 4,07           | 4,23          | 1,09           | 1,22          | 0,51          | 0,49         | 8.776             | 1.100         |
| São Paulo           | 33,55          | 47,73         | 51,40          | 52,36         | 72,95         | 66,87        | 263.097           | 28.270        |
| Sergipe             | 0,11           | 0,19          | 0,06           | 0,09          | 0,04          | 0,12         | 427               | 67            |
| Tocantins           | 0,19           | 0,62          | 0,03           | 0,08          | 0,05          | 0,04         | 436               | 125           |
| <b>Total (100%)</b> | <b>95.387</b>  | <b>16.004</b> | <b>282.783</b> | <b>30.663</b> | <b>67.000</b> | <b>5.074</b> | <b>519.353</b>    | <b>54.236</b> |

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (dados da amostra); RAISMIGRA 2000;